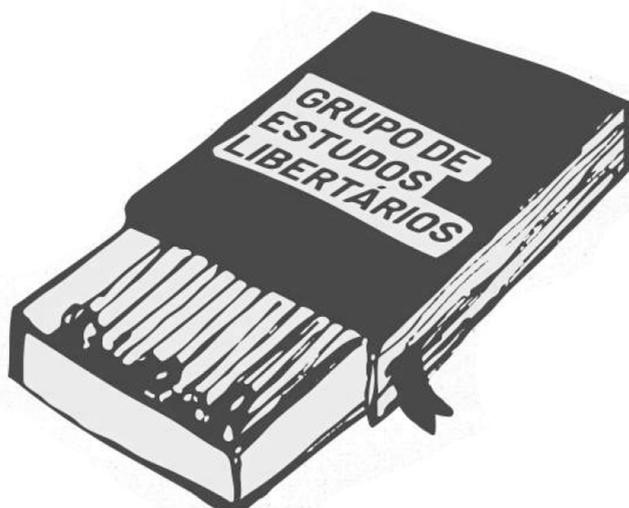


A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Capítulo IV

O proletariado como sujeito e
como representação



**Guy
Debord**

Debord se definia como “doutor em nada” e um estrategista. Durante a década de 1950 juntou-se a Internacional Letrista, movimento que se colocava como herdeiros diretos do dadaísmo e do surrealismo. Em julho de 1957, com artistas e escritores de diferentes países, fundou na Itália a Internacional Situacionista, cuja revista, editada por mais de dez anos, inaugurou o discurso libertário, revolucionário e radicalmente anti-capitalista que ganharia o mundo a partir dos acontecimentos de Maio de 1968. Um ano antes da eclosão do movimento, Debord publicou “A sociedade do espetáculo”, considerado um marco com forte influência no maio francês, impactando também diversos outros movimentos e lutas. Como disse Agamben: “sem dúvida o aspecto mais inquietante dos livros de Debord refere-se à obstinação com a qual a história parece aplicar-se em confirmar suas análises”.

Segundo o próprio autor em um dos seus prefácios a Sociedade do Espetáculo: “Você deve ler este livro levando em consideração que foi escrito com o intuito deliberado de perturbar a sociedade espetacular”. Devemos fazer as ideias voltarem a ser perigosas!

O Grupo de Estudos Libertários é promovido pelo coletivo (auto)gestor da Kasa Invisível desde fevereiro de 2018.

Buscamos estudar, debater e repensar textos da tradição autonomista, anarquista e marxista não-ortodoxos tendo em vista o enorme deficit desse tipo de literatura e debate em nossos meios.

Os encontros são sempre abertos à comunidade.

A Sociedade do Espetáculo

Capítulo IV

O proletariado como sujeito e como representação

O igual direito de todos aos bens e prazeres deste mundo, a destruição de toda autoridade, a negação de todo freio moral, eis aí, ¹se descermos ao fundo das coisas, a razão de ser da insurreição de 18 de março e o programa da terrível associação que lhe forneceu um exército.

(Inquérito parlamentar sobre a insurreição de 18 de março)

73

O movimento real que suprime as condições existentes governa a sociedade a partir da vitória da burguesia na economia e, visivelmente, desde a tradução política dessa vitória. O desenvolvimento das forças produtivas rompeu as antigas relações de produção, e toda a ordem estatal se desfaz em poeira. Tudo o que era absoluto torna-se histórico.

74

Ao serem atirados na história, ao terem de participar das tarefas e lutas que a constituem, os homens se veem obrigados a encarar suas relações sem ilusão. Essa história não tem um objeto distinto do que ela realiza sobre si mesma, embora a última visão metafísica inconsciente da época histórica possa olhar a progressão produtiva, através

1 18 de março de 1871 é a data do início da Comuna de Paris, levante revolucionário que se estendeu a outras cidades francesas e só foi dominado cerca de dois meses depois. (N. da T.)

da qual a história se desenrolou, como o próprio objeto da história. O *sujeito* da história só pode ser o ser vivo produzindo a si mesmo, tornando-se mestre e possuidor de seu mundo que é a história, e existindo como *consciência de seu jogo*.

75

Como uma corrente única, desenvolvem-se as lutas de classe da longa *época revolucionária* inaugurada pela ascensão da burguesia e pela *ideia de história*, a dialética, a ideia que já não se detém na busca do sentido do sendo, mas que se eleva ao conhecimento da dissolução de tudo o que é; e no movimento dissolve toda separação.

76

Hegel já não tinha de interpretar o mundo, mas a transformação do mundo. Ao *interpretar apenas* a transformação, Hegel nada mais é que a realização *filosófica* da filosofia. Ele quer compreender um mundo *que se faz a si mesmo*. Esse pensamento histórico ainda é à consciência que sempre chega atrasada, e que enuncia a justificativa *post festum*. Assim, ele só superou a separação *em pensamento*. O paradoxo que consiste em atrelar o sentido de toda realidade à sua realização histórica, e ao mesmo tempo revelar esse sentido constituindo-se como realização da história, decorre do simples fato de o pensador das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVI ter buscado em sua filosofia apenas reconciliar-se com o resultado dessas revoluções. “Até como filosofia da revolução burguesa, ela não expressa todo o processo dessa revolução, mas apenas sua conclusão derradeira. Nesse sentido, é uma filosofia não da revolução, mas da restauração” (Karl Korsch, *Thèses sur Hegel et la révolution*). Hegel fez, pela última vez, o trabalho do filósofo, “a glorificação do que existe”; mas, para ele, o que existia só podia ser a totalidade do movimento histórico. À posição exterior do pensamento, na verdade mantida, só podia ser disfarçada por sua identificação com um projeto prévio do Espírito, herói absoluto que fez o que quis e quis o que fez, e cuja realização coincide com o presente. Assim, a filosofia que termina no pensamento da história só pode glorificar seu mundo negando-o, pois, para tomar a palavra,

é-lhe necessário supor terminada essa história total à qual ela reduziu tudo e encerrada a sessão do único tribunal no qual pode ser proferida a sentença da verdade.

77

Quando, por sua própria existência em atos, o proletariado manifesta que esse pensamento da história não foi esquecido, o desmentido da conclusão é também a confirmação do método.

78

O pensamento da história só pode ser salvo ao se tornar pensamento prático; e a prática do proletariado como classe revolucionária não pode ser nada menos que a consciência histórica agindo sobre a totalidade de seu mundo. Todas as correntes teóricas do movimento operário revolucionário são resultantes do confronto crítico com o pensamento hegeliano, seja em Marx, seja em Stirner e Bakunin.

79

O caráter inseparável da teoria de Marx e do método hegeliano é inseparável do caráter revolucionário dessa teoria, isto é, de sua verdade. Sob este aspecto, essa primeira relação foi em geral ignorada ou mal entendida, ou ainda denunciada como o ponto fraco do que se tornava falaciosamente uma *doutrina* marxista. Bernstein, em *Socialisme théorique et Social-démocratie* pratique, revela claramente essa ligação do método dialético com a tomada de posição histórica, ao deplorar as previsões pouco científicas do Manifesto de 1847 sobre a iminência da revolução proletária na Alemanha: “Essa autossugestão histórica, tão equivocada que nem o mais incauto visionário político conseguiria ter pior, seria incompreensível em Marx, que na época já havia estudado seriamente economia, se não descobríssemos nela o resquício da dialética antitética hegeliana, da qual Marx, tanto quanto Engels, nunca conseguiu se livrar de todo. Naqueles tempos de eferescência geral, isso lhe foi fatal”.

À *inversão* que Marx efetua para “salvar por transferência” o pensamento das revoluções burguesas não consiste em substituir banalmente pelo desenvolvimento materialista das forças produtivas o percurso do Espírito hegeliano que vai ao encontro de si mesmo no tempo, Espírito cuja objetivação é idêntica à sua alienação e cujos ferimentos históricos não deixam cicatrizes. A história que se tornou real já não tem *fim*. Marx demoliu a posição separada de Hegel diante do que acontece e a *contemplação* de um agente supremo exterior, seja ele quem for. A teoria só conhece aquilo que ela faz. Ao contrário, no pensamento dominante da sociedade atual, a contemplação do movimento da economia é a herança *não invertida da parte não dialética* da tentativa hegeliana de um sistema circular: é uma aprovação que perdeu a dimensão do conceito e que já não precisa de um hegelianismo para se justificar, pois o movimento que se trata de louvar é apenas uma parte do mundo, sem ideia, cujo desenvolvimento automático domina o todo. O projeto de Marx é o de uma história consciente. O quantitativo que surge no desenvolvimento cego das forças produtivas meramente econômicas deve transformar-se em apropriação histórica qualitativa. A *crítica da economia política* é o primeiro ato desse *fim da pré-história*: “De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a própria classe revolucionária”.

O que liga estreitamente a teoria de Marx ao pensamento científico é a compreensão racional das forças que se exercem na sociedade. Mas ela é fundamentalmente um mais- além do pensamento científico, no qual este só será conservado se for superado: trata-se de uma compreensão da luta, não da lei. “Conhecemos uma única ciência: a ciência da história”, diz *A ideologia alemã*.

A época burguesa, que quer fundamentar cientificamente a história, esquece o fato de que a ciência disponível teve que ser fundamen-

tada historicamente na economia. A história, ao contrário, não depende radicalmente desse conhecimento, a não ser que ela seja *história econômica*. Aliás, à inocuidade dos cálculos socialistas que pensavam ter estabelecido a periodicidade exata das crises mostra o quanto o papel da história na economia – ou seja, o processo global que modifica seus próprios dados científicos básicos – pô de ser desprezado pela observação científica; desde que a intervenção constante do Estado conseguiu compensar as tendências à crise, o mesmo tipo de raciocínio vê nesse equilíbrio uma harmonia econômica definitiva. Se o projeto de superar a economia e de apossar-se da história precisa conhecer – e trazer para si – a ciência da sociedade, ele não pode ser em si *científico*. Neste último movimento que acreditou dominar a história atual por um conhecimento científico, o ponto de vista revolucionário permaneceu *burguês*.

83

As correntes utópicas do socialismo, embora fundadas historicamente na crítica da organização social existente, podem ser qualificadas de utópicas na medida em que rejeitam a história – isto é, a luta real em curso, tanto quanto o movimento do tempo para além da perfeição imutável de sua imagem de sociedade feliz –, mas não por terem rejeitado a ciência. Ao contrário: os pensadores utópicos estão inteiramente dominados pelo pensamento científico, tal como ele se impusera nos séculos anteriores. Buscam a realização desse sistema racional geral: não se consideram profetas desarmados, porque creem no poder social da demonstração científica e até, no caso de Saint-Simon, na tomada do poder pela ciência. Sombart pergunta: “Como queriam eles arrancar pela luta o que deve *ser provado*?”. No entanto, a concepção científica dos utópicos não alcança o entendimento de que grupos sociais têm interesses numa situação existente, forças para mantê-la, assim como formas de falsa consciência correspondentes a essas posições. Ela fica portanto muito aquém da realidade histórica do desenvolvimento da própria ciência, que foi em grande parte orientada pela *demanda social* proveniente de tais fatores, demanda que seleciona não apenas o que pode ser conhecido, mas também o que pode ser buscado.

Os socialistas utópicos, que continuaram presos ao *modo de ex-*

posição da verdade científica, concebem essa verdade de acordo com a pura imagem abstrata dela, tal como se impusera num estágio muito anterior da sociedade. Como observava Sorel, os utópicos crêm descobrir e demonstrar as leis da sociedade a partir do modelo da *astronomia*. A harmonia pretendida por eles, hostil à história, decorre de uma tentativa de aplicar à sociedade a ciência menos dependente da história. Tenta fazer-se reconhecida com a mesma inocência experimental da doutrina de Newton, e o destino feliz sempre postulado “desempenha em sua ciência social papel análogo ao que compete à inércia na mecânica racional” (*Matériaux pour une théorie du prolétariat*).

84

O lado determinista-científico do pensamento de Marx foi a brecha pela qual penetrou o processo de “ideologização”, enquanto ele ainda vivia, e sobretudo em sua herança teórica deixada ao movimento operário. A vinda do sujeito da história é adiada para depois, e a ciência histórica por excelência, a economia, tende de modo cada vez mais alargado a garantir a necessidade de sua própria negação futura. Mas, dessa forma, a prática revolucionária, única verdade dessa negação, é rechaçada para fora do campo da visão teórica. Por isso é importante estudar com paciência o desenvolvimento econômico e admitir ainda, com tranquilidade hegeliana, a dor que dele advém, o que resulta num “cemitério de boas intenções”. Descobre-se que agora, segundo a ciência das revoluções, a *consciência sempre chega cedo demais*, e deverá ser ensinada. “A história mostrou que estávamos errados, nós e todos os que pensavam como nós. Mostrou claramente que o desenvolvimento econômico no continente estava então longe de se mostrar maduro...”, dirá Engels em 1895. Durante toda a vida, Marx manteve o ponto de vista unitário de sua teoria, mas a exposição dessa teoria manteve-se no *terreno* do pensamento dominante ao adotar a forma de críticas de disciplinas particulares, principalmente a crítica da ciência fundamental da sociedade burguesa, a economia política. Foi essa mutilação, ulteriormente aceita como definitiva, que constituiu o “marxismo”.

A falha na teoria de Marx é a falha da luta revolucionária do proletariado de sua época. A classe operária não decretou a revolução permanente na Alemanha de 1848; a Comuna foi vencida no isolamento. Portanto, a teoria revolucionária ainda não atingira sua própria existência total. Ter sido obrigado a defendê-la e a explicá-la no trabalho erudito separado, no Museu Britânico, implicava uma perda na própria teoria. As justificativas científicas tiradas do futuro desenvolvimento da classe operária e a prática organizacional combinada com essas justificativas tornar-se-ão os obstáculos à consciência proletária num estágio mais avançado.

Toda a insuficiência teórica na defesa *científica* da revolução proletária pode ser resumida, para o conteúdo e a forma da exposição, em uma identificação do proletariado com a burguesia do *ponto de vista da tomada revolucionária do poder*.

Desde o *Manifesto*, a tendência a fundamentar uma demonstração da legalidade científica do poder proletário pela referência às experiências *repetidas* do passado obscurece o pensamento histórico de Marx, levando-o a sustentar uma imagem *linear* do desenvolvimento dos modos de produção, provocado por lutas de classe que acabariam sempre “numa transformação revolucionária de toda a sociedade ou na destruição comum das classes em luta”. Mas, na realidade observável da história, da mesma forma que “o modo de produção asiático”, como Marx o constatava em outro lugar, conservou sua imobilidade a despeito de todos os confrontos de classes, assim também as revoltas de servos nunca venceram os barões, nem as revoltas de escravos na Antiguidade derrotaram os homens livres. O esquema linear perde de vista, primeiro, que a burguesia é a *única classe revolucionária que sempre venceu*; ao mesmo tempo, é a única para quem o desenvolvimento da economia foi causa e consequência de seu domínio sobre a

sociedade. A mesma simplificação levou Marx a descuidar do papel econômico do Estado na gestão da sociedade de classes. Se a burguesia ascendente pareceu tornar a economia livre em relação ao Estado, foi apenas na medida em que o Estado antigo se confundia com o instrumento de uma opressão de classe em uma *economia estática*. A burguesia desenvolveu seu poder econômico autônomo no período medieval de enfraquecimento do Estado, no momento de fragmentação feudal de poderes equilibrados. Mas o Estado moderno que, pelo mercantilismo, começou a apoiar o desenvolvimento da burguesia, e que finalmente tornou-se seu Estado na hora do “*laissez faire, laissez passer*”, vai depois revelar-se dotado de um poder central na gestão calculada do processo econômico. Marx pudera descrever, no bonapartismo, esse esboço da burocracia estatal moderna, fusão do capital e do Estado, constituição de um “poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a sujeição social”, em que à burguesia desiste de toda vida histórica que não seja sua redução à história econômica das coisas e quer ser condenada ao mesmo nada político das outras classes”. Estão aqui colocadas as bases sociopolíticas do espetáculo moderno, que pela negativa define o proletariado como único pretendente à vida histórica.

88

As duas únicas classes que correspondem efetivamente à teoria de Marx, as duas classes puras para as quais converge toda a análise em *O capital* – a burguesia e o proletariado – são também as duas únicas classes revolucionárias da história, mas em condições diferentes: a revolução burguesa foi feita; a revolução proletária é um projeto, nascido da base da revolução precedente, mas diferindo dela qualitativamente. Ao descuidar-se da *originalidade* do papel histórico da burguesia, mascara-se a originalidade do projeto proletário, que só pode atingir seus fins se assumir suas próprias cores e conhecer “a imensidão de suas tarefas”. A burguesia chegou ao poder porque é a classe da economia que se desenvolve. O proletariado só poderá ser o poder se ele se tornar a *classe da consciência*. O amadurecimento das forças produtivas não pode garantir tal poder, nem mesmo por meio da despossessão ampliada que esse amadurecimento provoca.

A conquista Jacobina do Estado não pode ser o instrumento do proletariado. Nenhuma *ideologia* lhe pode servir para disfarçar objetivos parciais em objetivos gerais, porque ele não pode conservar nenhuma realidade parcial que seja efetivamente dele.

89

Num período determinado de sua participação na luta do proletariado, Marx teve esperanças exageradas na previsão científica, a ponto de criar a base intelectual das ilusões do economicismo. Mas o fato é que ele, pessoalmente, não sucumbiu a essa ilusão. Em uma carta bem conhecida de 7 de dezembro de 1867, acompanhando um artigo no qual ele próprio critica *O capital*, artigo que Engels deveria passar para a imprensa como se viesse de um adversário, Marx expôs com clareza o limite de sua própria ciência: “... A tendência subjetiva do autor (fruto talvez de sua posição política e de seu passado), isto é, o modo como ele mesmo se representa e como apresenta aos outros o resultado último do movimento atual, do processo social atual, não tem nenhuma relação com sua análise real”. Assim, Marx, ao denunciar ele próprio as “conclusões tendenciosas” de sua análise objetiva, e pela ironia do “talvez” relativo às opções extracientíficas que se teriam imposto a ele, mostra ao mesmo tempo a chave metodológica da fusão dos dois aspectos.

90

A fusão do conhecimento e da ação precisa realizar-se na própria luta histórica, de tal modo que cada um desses termos coloque no outro a garantia de sua verdade. A constituição da classe proletária como sujeito é a organização das lutas revolucionárias e a organização da sociedade no *momento revolucionário*: é aí que devem existir as *condições práticas da consciência*, nas quais a teoria da práxis se confirma tornando-se teoria prática. Entretanto, esta questão central da organização foi a menos considerada pela teoria revolucionária na época em que se fundava o movimento operário, quando essa teoria ainda possuía o caráter *unitário* vindo do pensamento da história (e que ele se tinha dado como tarefa desenvolver até uma *prática* histó-

rica unitária). A questão da organização é, ao contrário, o lugar da inconsequência dessa teoria, ao admitir o uso de métodos estatais e hierárquicos tirados da revolução burguesa. Em contrapartida, as formas de organização do movimento operário desenvolvidas com base nessa renúncia da teoria tenderam a impedir a permanência de uma teoria unitária, dissolvendo-a em diversos conhecimentos especializados e parcelares. Essa alienação ideológica da teoria não pode mais reconhecer a confirmação prática do pensamento histórico unitário que ela traiu, quando tal confirmação surge na luta espontânea dos operários; ela só pode ajudar a reprimir-lhes a manifestação e a memória. Entretanto, essas formas históricas surgidas na luta são justamente o meio prático que faltava à teoria para que ela fosse verdadeira. São uma exigência da teoria, mas que não havia sido formulada teoricamente. O *soviete* não era uma descoberta da teoria. E a mais alta verdade teórica da Associação Internacional dos Trabalhadores era sua própria existência prática.

91

Os primeiros êxitos da luta da Internacional a levavam a se libertar das influências confusas da ideologia dominante que nela subsistiam. Mas a rápida derrota e a repressão fizeram com que passasse para o primeiro plano um conflito entre duas concepções da revolução proletária. Ambas contêm uma dimensão autoritária, que faz com que a auto-emancipação consciente da classe seja deixada de lado. De fato, a querela que se tornou inconciliável entre marxistas e bakuninistas era dupla, referindo-se não só ao poder na sociedade revolucionária mas também à organização do movimento no momento presente. Ao passar de um aspecto para o outro, as posições dos adversários se invertem. Bakunin combatia a ilusão de que as classes pudessem ser abolidas pelo uso autoritário do poder estatal, prevendo a reconstituição de uma classe dominante burocrática e a ditadura dos mais doutos, ou dos assim considerados. Marx acreditava que um amadurecimento inseparável das contradições econômicas e da educação democrática dos operários reduziria o papel do Estado proletário a uma simples fase de legalização de novas relações sociais que se imporiam objetivamente. Ele denunciava em Bakunin e seus adeptos o autoritaris-

mo de uma elite conspiradora que se colocara deliberadamente acima da Internacional e tinha o intuito extravagante de impor à sociedade a ditadura irresponsável dos mais revolucionários, ou daqueles que iriam se autodesignar como tais. De fato, Bakunin recrutava adeptos dentro dessa perspectiva: “Pilotos invisíveis dentro da tempestade popular, devemos dirigi-la, não por um poder ostensivo, mas pela ditadura coletiva de todos os *aliados*. Ditadura sem distintivo, sem título, sem direito oficial, e tanto mais forte quanto menos tiver as aparências do poder”. Assim se opuseram duas *ideologias* da revolução operária, cada qual contendo uma crítica parcialmente verdadeira, mas perdendo a unidade do pensamento da história, e instituindo-se elas próprias como autoridades ideológicas. Organizações poderosas, como a social-democracia alemã e a Federação Anarquista Ibérica, serviram fielmente uma ou outra destas ideologias; em toda parte o resultado foi muitíssimo diferente do que se pretendia.

92

O fato de ver o objetivo da revolução proletária como *imediatamente presente* constitui a grandeza e a fraqueza da luta anarquista real (pois, em suas variantes individualistas, as pretensões do anarquismo ficam irrisórias). Do pensamento histórico das lutas de classe modernas, o anarquismo coletivista só retém a conclusão, e sua exigência absoluta dessa conclusão também se expressa no desprezo deliberado pelo método. Assim, sua crítica da *luta política* ficou abstrata, ao passo que sua opção pela luta econômica só é afirmada pela ilusão de uma solução definitiva, arrancada de um só golpe nesse terreno, no dia da greve geral ou da insurreição. Os anarquistas *têm um ideal a realizar*. O anarquismo é a negação *ainda ideológica* do Estado e das classes, isto é, das próprias condições sociais da ideologia separada. *É a ideologia da pura liberdade* que iguala tudo e afasta qualquer ideia a respeito do mal histórico. Essa fusão de todas as exigências parciais conferiu ao anarquismo o mérito de representar a recusa das condições gerais de vida existentes, sem cair em uma especialização crítica privilegiada. Mas como essa fusão foi pensada no absoluto, de acordo com o capricho individual, antes de sua realização efetiva, ela condenou também o anarquismo a uma evidente incoerência. O anarquismo está conde-

nado a repetir-se e torna a pôr em jogo, em cada luta, a mesma simples conclusão total, porque essa primeira conclusão era desde a origem identificada com a realização integral do movimento. Por isso, Bakunin podia escrever em 1873, ao deixar a Federação Jurassiana²a: “Nos últimos nove anos foram tratadas no âmbito da Internacional mais idéias do que seria necessário para salvar o mundo, se é que bastam ideias para salvá-lo. Duvido que alguém possa inventar uma nova. Já não é hora de idéias, é hora de fatos e atos”. Sem dúvida, esta concepção conserva do pensamento histórico do proletariado a certeza de que as idéias devem tornar-se práticas, mas ela abandona o terreno histórico ao supor que as formas adequadas dessa passagem à prática já foram encontradas e não vão variar mais.

93

Os anarquistas, que se distinguem explicitamente do conjunto do movimento operário por sua convicção ideológica, reproduzem entre si essa separação das competências, ao criarem, em suas organizações, um terreno favorável à dominação informal dos propagandistas e defensores de sua própria ideologia, especialistas em geral tanto mais medíocres quanto mais sua atividade intelectual se propõe a repetir algumas verdades definitivas. O respeito ideológico da unanimidade na decisão mais favoreceu a autoridade incontrolada, na própria organização, de *especialistas da liberdade*; e o anarquismo revolucionário espera do povo liberado o mesmo tipo de unanimidade, obtida pelos mesmos meios. Além disso, a recusa de considerar como são opostas as condições entre uma minoria agrupada na luta atual e a sociedade dos indivíduos livres alimentou uma permanente fragmentação dos anarquistas no momento da decisão comum, como se vê no exemplo de uma infinidade de insurreições anarquistas na Espanha, cerceadas e esmagadas em âmbito local.

2 O líder anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876) concebeu uma entidade a que denominou Fraternidade Internacional, que reuniria ativistas organizados em federações de caráter nacional ou regional. A Federação Jurassiana era uma delas. (N. da T.)

De forma mais ou menos explícita, o anarquismo autêntico mantém a ilusão da iminência permanente de uma revolução que, ao realizar-se instantaneamente, deve dar razão à ideologia e ao modo de organização prática que decorre da ideologia. De fato, em 1936, o anarquismo conduziu uma revolução social e o esboço, o mais avançado que se conheceu, de um poder proletário. Mesmo nessa circunstância é preciso observar, de um lado, que o sinal de uma insurreição geral tinha sido imposto pelo *pronunciamento* do Exército. De outro lado, na medida em que essa revolução não se concluiu nos primeiros dias – pelo fato de existir um poder franquista na metade do país, fortemente apoiado pelo estrangeiro num momento em que o resto do movimento proletário internacional já fora vencido, e pelo fato de sobreviverem forças burguesas ou de outros partidos operários estatizantes no campo da República –, o movimento anarquista organizado mostrou-se incapaz de alargar as semi-vitórias da revolução, e nem ao menos conseguiu defendê-las. Seus chefes reconhecidos tornaram-se ministros e reféns do Estado burguês que destruía a revolução para pôr fim à guerra civil.

O “marxismo ortodoxo” da Segunda Internacional é a ideologia científica da revolução socialista, que identifica toda a sua verdade com o processo objetivo da economia e com o progresso de um reconhecimento dessa necessidade por parte da classe operária educada pela organização. Essa ideologia recobra a confiança na demonstração pedagógica que caracterizara o socialismo utópico, mas acrescida de uma referência *contemplativa* ao curso da história: entretanto, essa atitude perdeu tanto a dimensão hegeliana da história total quanto a imagem imóvel da totalidade, presente na crítica utópica (no mais alto grau, em Fourier). Desse tipo de atitude científica, que só podia formular opções éticas de modo simétrico, provêm as asneiras de Hilferding quando afirma que reconhecer a necessidade do socialismo não fornece “nenhuma indicação sobre a atitude prática a ser adotada. Porque reconhecer uma necessidade é uma coisa, e pôr-se a serviço dessa ne-

cessidade é outra” (O capital financeiro). Aqueles que não entenderam que o pensamento unitário da história, para Marx e para o proletariado revolucionário, *não se distinguia de uma atitude prática a adotar* foram sempre vítimas da prática que haviam simultaneamente adotado.

96

A ideologia da organização social-democrata a entregava ao poder dos professores que educavam a classe operária, e a forma de organização adotada era adequada a essa aprendizagem passiva. A participação dos socialistas da Segunda Internacional nas lutas políticas e econômicas era concreta, mas profundamente não-crítica. Era conduzida em nome da *ilusão revolucionária*, mas de acordo com uma prática manifestamente *reformista*. Assim, a ideologia revolucionária devia ser destruída pelo próprio sucesso de seus portadores. O fato de destacar, no movimento, deputados e jornalistas arrastava para o modo de vida burguês aqueles que já eram recrutados entre os intelectuais burgueses. A burocracia sindical transformava em corretores da força de trabalho, a ser vendida como mercadoria pelo preço justo, aqueles que haviam sido recrutados a partir das lutas dos operários industriais, de cujo meio provinham. Para que a atividade de todos guardasse algo de revolucionário, teria sido necessário que o capitalismo de então fosse incapaz de *suportar* economicamente esse reformismo que ele tolerava politicamente na agitação legalista. A ciência de todos eles garantia esse tipo de incompatibilidade; a história a desmentia a cada momento.

97

Só o próprio desenvolvimento histórico podia demonstrar de forma incontestável essa contradição cuja realidade Bernstein, por ser social-democrata mais afastado da ideologia política e o mais francamente ligado à metodologia da ciência burguesa, teve a honestidade de querer mostrar; o movimento reformista dos operários ingleses, ao abster-se de ideologia revolucionária, também o mostrara. Bernstein, embora cheio de outras ilusões, havia negado que uma crise da produção capitalista viesse miraculosamente empurrar os socialistas, que

só aceitavam a herança da revolução se legitimada por essa sagração. O momento de profunda reviravolta social que surgiu com a Primeira Guerra Mundial, embora tenha sido fértil em tomada de consciência, demonstrou duas vezes que a hierarquia social-democrata não tinha conseguido educar revolucionariamente, não havia *tornado teóricos* os operários alemães: primeiro, quando a grande maioria do partido se juntou à guerra imperialista; segundo, quando, na hora da derrota, ela esmagou os revolucionários espartaquistas. O ex-operário Ebert ainda acreditava no pecado, pois confessava odiar a revolução “tanto quanto o pecado”. E o mesmo dirigente se mostrou um bom precursor da *representação socialista* que pouco depois devia se opor como inimigo absoluto ao proletariado da Rússia e de alhures, formulando o exato programa dessa nova alienação: “Socialismo quer dizer trabalhar muito.”

98

Lenin foi apenas, como pensador marxista, um kautskista fiel e consequente. Aplicou a *ideologia revolucionária* desse “marxismo ortodoxo” nas condições russas, que não permitiam a prática reformista que a Segunda Internacional conduzia. A direção exterior do proletariado, agindo por meio de um partido clandestino disciplinado, sujeito aos intelectuais que se tornaram “revolucionários profissionais”, constitui aqui uma profissão que não quer compactuar com nenhuma profissão dirigente da sociedade capitalista (aliás, o regime político czarista era incapaz de oferecer tal abertura, cuja base é um estágio avançado do poder da burguesia). Essa direção se torna então a *profissão da direção absoluta da sociedade*.

99

O radicalismo ideológico autoritário dos bolcheviques estendeu-se em escala mundial com a guerra e com a queda da social-democracia internacional diante da guerra. O fim sangrento das ilusões democráticas do movimento operário fez do mundo inteiro uma Rússia. O bolchevismo, reinando sobre a primeira ruptura revolucionária que essa época de crise havia provocado, oferecia ao proletariado de todos

os países seu modelo hierárquico e ideológico, para “falar em russo” com a classe dominante. Lenin não criticou o marxismo da Segunda Internacional por ser uma *ideologia* revolucionária, mas por ter deixado de ser essa ideologia.

100

O mesmo momento histórico em que o bolchevismo triunfou por *si próprio* na Rússia, e em que a social-democracia lutou vitoriosamente *pelo velho* mundo, marca o nascimento completo de uma ordem de coisas que está no âmago da dominação do espetáculo moderno: a *representação operária* opôs-se radicalmente à classe.

101

“Em todas as revoluções anteriores”, escrevia Rosa Luxemburgo na *Rote Fahne* de 21 de dezembro de 1918, “os combatentes se enfrentavam de peito aberto: classe contra classe, programa contra programa. Na revolução atual, as tropas de proteção da antiga ordem não agem sob a insígnia das classes dirigentes, mas sob a bandeira de um ‘partido social-democrata’. Se a questão central da revolução fosse colocada aberta e honestamente — capitalismo ou socialismo —, nenhuma dúvida, nenhuma hesitação seriam hoje possíveis para a grande massa do proletariado.” Assim, alguns dias antes de sua destruição, a corrente radical do proletariado alemão descobria o segredo das novas condições criadas por todo o processo anterior (para o qual a representação operária contribuíra muitíssimo): a organização espetacular da defesa da ordem existente, o reino social das aparências onde já nenhuma “questão central” pode ser colocada “aberta e honestamente”. Nesse estágio, a representação revolucionária do proletariado tornara-se ao mesmo tempo o fator principal e o resultado central da falsificação geral da sociedade

102

A organização do proletariado a partir do modelo bolchevique, que nascera do atraso russo e da omissão do movimento operário dos

países avançados diante da luta revolucionária, encontrou também no atraso russo todas as condições que levavam essa forma de organização à inversão contra-revolucionária que ela continha inconscientemente em seu germe original; e a omissão reiterada da massa do movimento operário europeu diante do *Hic Rhodus, hic salta*³ do período 1918-1920, omissão que incluía a destruição violenta de sua minoria radical, favoreceu o desenvolvimento completo do processo e deixou que o resultado mentiroso disso se afirmasse diante do mundo como a única solução proletária. A tomada do monopólio estatal da representação e da defesa do poder dos operários, que justificou o partido bolchevique, fez com que *ele se tornasse o que era*: o partido dos *proprietários do proletariado*, eliminando no essencial as formas anteriores de propriedade.

103

Todas as condições da liquidação do czarismo levadas em conta na discussão teórica, sempre insatisfatória, das diversas tendências da social-democracia russa durante vinte anos — fraqueza da burguesia, peso da maioria camponesa, papel decisivo de um proletariado concentrado e combativo mas extremamente minoritário no país — revelaram afinal, na prática, sua solução através de um dado que não estava presente nas hipóteses: ao se apossar do Estado, a burocracia revolucionária que dirigia o proletariado forneceu à sociedade uma nova dominação de classe. A revolução estritamente burguesa era impossível; a “ditadura democrática dos operários e camponeses” não tinha sentido; o poder proletário dos soviets não se podia manter ao mesmo tempo contra a classe dos camponeses proprietários, contra a reação nacional e internacional dos russos brancos, e contra sua própria representação exteriorizada e alienada como partido operário dos mestres absolutos do Estado, da economia, da expressão e, em breve, do pensamento. A teoria da revolução permanente de Trotsky e

3 Hic Rhodus, hic salta é a tradução latina de uma expressão grega que aparece numa fábula de Esopo: “Aqui é Rodes, salta aqui.” O personagem diz isso quando ouve um mentiroso gabar-se do enorme salto que, supostamente, dera na ilha de Rodes. A expressão passou a ser usada no sentido de indicar a chegada da “hora da verdade”. (N. da T.)

Parvus, à qual Lenin se aliou em abril de 1917, era a única a se tornar verdadeira para os países onde o desenvolvimento social da burguesia se atrasara, mas somente após a introdução desse fator desconhecido que era o poder de classe da burocracia. A concentração da ditadura nas mãos da representação suprema da ideologia foi defendida com a máxima consequência por Lenin em inúmeros confrontos da direção bolchevique. Lenin sempre tinha razão contra seus adversários quando sustentava a solução decorrente das opções anteriores do poder absoluto minoritário: a democracia recusada estatalmente aos camponeses também o devia ser aos operários, o que significava recusá-la aos dirigentes comunistas dos sindicatos, e de todo o partido, e afinal até a cúpula do partido hierárquico. No X Congresso, no momento em que o soviete de Kronstadt era abatido pelas armas e enterrado sob calúnia, Lenin pronunciava contra os burocratas de esquerda organizados na “Oposição Operária” esta conclusão, cuja lógica Stalin ia estender até a perfeita divisão do mundo: “Aqui, ou além com um fuzil, mas não com a oposição... Estamos fartos da oposição.”

104

Mantida como única proprietária de um *capitalismo de Estado*, a burocracia garantiu primeiro seu poder interno por uma aliança temporária com o campesinato, depois de Kronstadt, no momento da “nova política econômica”; defendeu-o também no exterior, ao utilizar os operários filiados aos partidos burocráticos da Terceira Internacional como força de apoio da diplomacia russa, para sabotar todo movimento revolucionário e apoiar governos burgueses dos quais ela esperava obter apoio em política internacional (o poder do Kuomintang na China de 1925-1927, a Frente Popular na Espanha e na França etc.). Mas a sociedade burocrática devia perseguir sua própria realização exercendo o terror sobre o campesinato, para realizar a mais brutal acumulação primitiva capitalista jamais vista. Essa industrialização da época stalinista revela a realidade última *da burocracia*: ela é a continuação do poder da economia, a salvação do essencial da sociedade mercantil que mantém o trabalho-mercadoria. E a prova da economia independente, que domina a sociedade a ponto de recriar para seus próprios fins a dominação de classe que lhe é necessária: o que equi-

vale a dizer que a burguesia criou um poder autônomo que, enquanto subsistir essa autonomia, pode até prescindir da burguesia. A burocracia totalitária não é “a última classe proprietária da história” no sentido de Bruno Rizzi, mas apenas *uma classe dominante substituta* da economia mercantil. A propriedade privada capitalista enfraquecida é substituída por um subproduto simplificado, menos diversificado, *concentrado* em propriedade coletiva da classe burocrática. Essa forma subdesenvolvida de classe dominante é também a expressão do subdesenvolvimento econômico; e tem como única perspectiva recuperar o atraso desse desenvolvimento em algumas regiões do mundo. O partido operário, organizado segundo o modelo burguês da separação, forneceu o quadro hierárquico-estatal a essa edição suplementar da classe dominante. Anton Ciliga observou em uma prisão de Stalin que “as questões técnicas de organização revelaram-se questões sociais” (*Lénine et la Révolution*).

105

A ideologia revolucionária, a *coerência do separado* da qual o leninismo constitui o mais alto esforço voluntarista, detém a gestão de uma realidade que a rejeita. Por isso, o stalinismo *voltará à sua verdade na incoerência*. Nesse momento, a ideologia já não é uma arma, mas um fim. A mentira que não é desmentida torna-se loucura. A realidade tanto quanto o objetivo são dissolvidos na proclamação ideológica totalitária: tudo o que ela diz é o que é. É um primitivismo local do espetáculo, cujo papel é porém essencial ao desenvolvimento do espetáculo mundial. A ideologia que aqui se materializa não transformou economicamente o mundo, como o capitalismo chegou ao estágio da abundância; ela apenas transformou policialmente a *percepção*.

106

A classe ideológico-totalitária no poder é o poder de um mundo invertido: quanto mais forte ela é, mais afirma que não existe, e sua força serve-lhe em primeiro lugar para afirmar sua inexistência. E modesta apenas nesse ponto, pois sua inexistência oficial também deve coincidir com o *nec plus ultra* do desenvolvimento histórico, que

ao mesmo tempo seria devido a seu infalível comando. Espalhada por toda parte, a burocracia deve ser a classe invisível à consciência, de modo que toda a vida social se torna demente. A organização social da mentira absoluta decorre dessa contradição fundamental.

107

O stalinismo foi o reino do terror na própria classe burocrática. O terrorismo que fundamenta o poder dessa classe deve atingi-la também, pois ela não possui nenhuma garantia jurídica, nenhuma existência reconhecida como classe proprietária, que possa estender a cada um de seus membros. Sua propriedade real é dissimulada: ela só se tornou proprietária pela via da falsa consciência. A falsa consciência só mantém seu poder absoluto pelo terror absoluto, no qual todo verdadeiro motivo acaba se perdendo. Só coletivamente os membros da classe burocrática no poder têm direito de posse sobre a sociedade, como participantes de uma mentira fundamental: é preciso que desempenhem o papel de proletariado que dirige uma sociedade socialista; que sejam os atores fiéis ao texto da infidelidade ideológica. Mas a participação efetiva nesse ser mentiroso deve se ver reconhecida como uma participação verídica. Nenhum burocrata pode sustentar individualmente seu direito ao poder, porque provar que ele é um proletário socialista seria manifestar-se como o contrário do burocrata; e provar que é um burocrata é impossível, porque a verdade oficial da burocracia é não existir. Assim, cada burocrata fica na dependência absoluta de uma *garantia central* da ideologia, que reconhece uma participação coletiva em seu “poder socialista” de *todos os burocratas que ela não esmaga*. Se os burocratas considerados como um todo decidem tudo, a coesão de sua própria classe só pode ser garantida pela concentração de seu poder terrorista em uma única pessoa. Nessa pessoa reside a única verdade prática da mentira *no poder*: a fixação indiscutível de sua fronteira sempre retificada. Stalin decide sem recurso quem é, afinal, burocrata possuinte; isto é, quem deve ser chamado “proletário no poder” ou então “traidor a soldo do Mikado e de Wall Street”. Os átomos burocráticos só encontram a essência comum de seu direito na pessoa de Stalin. Stalin, esse soberano do mundo, se considera a pessoa absoluta, cuja consciência não admite espírito mais elevado. “O

soberano do mundo possui a consciência efetiva do que ele é – a força universal da efetividade – na violência destruidora que exerce contra o Eu de seus súditos que lhe faz contraste.” É o poder que define o terreno da dominação e, ao mesmo tempo, é “o poder que devasta esse terreno”.

108

Quando a ideologia, tornada absoluta pela posse do poder absoluto, transforma-se de conhecimento parcelar em mentira totalitária, o pensamento da história fica tão aniquilado que a própria história, no nível do conhecimento mais empírico, já não pode existir. A sociedade burocrática totalitária vive em um presente perpétuo, no qual tudo o que aconteceu só existe para ela como um espaço acessível à sua polícia. O projeto, já formulado por Napoleão, de “dirigir monarquicamente a energia das lembranças” encontrou sua concretização total em uma manipulação permanente do passado, não apenas nos significados mas também nos fatos. O preço dessa libertação em relação a toda realidade histórica é, porém, a perda da referência racional indispensável à sociedade *histórica* do capitalismo. Já se sabe o que a aplicação científica da ideologia enlouquecida pôde custar à economia russa, ao menos pelo exemplo de Lyssenko⁴. Essa contradição da burocracia totalitária administrando uma sociedade industrializada, dividida entre sua necessidade do racional e sua recusa do racional, constitui também uma de suas deficiências principais com relação ao desenvolvimento capitalista normal. Ao contrário deste, a burocracia não pode resolver a questão da agricultura, e lhe é inferior na produção industrial, planejada autoritariamente com base no irrealismo e na mentira generalizada.

109

Entre as duas guerras, o movimento operário revolucionário foi aniquilado pela ação conjunta da burocracia stalinista e do totalita-

4 As teorias Lyssenko em genética, hoje desmoralizadas, foram aceitas pelo Estado soviético na época de Stalin por serem consideradas mais fiéis aos princípios do materialismo dialético.

rismo fascista, que havia copiado a forma de organização do partido totalitário experimentado na Rússia. O fascismo foi uma defesa extremista da economia burguesa ameaçada pela crise e pela subversão proletária, o *estado de sítio* da sociedade capitalista, pelo qual essa sociedade se salva e concede a si própria uma primeira racionalização de emergência, fazendo o Estado intervir maciçamente em sua gestão. Mas essa racionalização vem onerada pela imensa irracionalidade de seu meio. Embora o fascismo se dedique à defesa dos principais pontos da ideologia burguesa tornada conservadora (a família, a propriedade, a ordem moral, a nação) ao reunir a pequena-burguesia e os desempregados assustados com a crise ou decepcionados com a impotência da revolução socialista, em si ele não é fundamentalmente ideológico. Apresenta-se como aquilo que é: uma ressurreição violenta do *mito*, que exige a participação em uma comunidade definida por pseudovalores arcaicos: a raça, o sangue, o chefe. O fascismo é o *arcaísmo tecnicamente equipado*. Seu *ersatz* [sucedâneo] decomposto do mito é retomado no contexto espetacular dos mais modernos meios de condicionamento e de ilusão. Assim, ele é um dos fatores de formação do espetáculo moderno. Sua parte na destruição do antigo movimento operário torna-o uma das forças fundadoras da sociedade presente; mas como o fascismo também é a forma *mais custosa* da manutenção da ordem capitalista, tinha normalmente que deixar o proscênio do palco ser ocupado pelos Estados capitalistas que desempenham papéis mais destacados, eliminado por formas mais racionais e mais fortes dessa ordem.

110

Quando a burocracia russa conseguiu se desfazer dos vestígios da propriedade burguesa que entravavam seu império sobre a economia, desenvolver esta economia para seu próprio uso e ser reconhecida no exterior entre as grandes potências, ela quis desfrutar calmamente de seu próprio mundo, suprimir dele o componente arbitrário que se exercia sobre ela mesma. Então, ela denuncia o stalinismo que lhe deu origem. Mas tal denúncia permanece stalinista, arbitrária, inexplicada, e sempre corrigida, porque *a mentira ideológica de sua origem nunca pode ser revelada*. Assim, a burocracia não pode se liberalizar

nem cultural nem politicamente, pois sua existência como classe depende de seu monopólio ideológico, o único título de propriedade de que dispõe. Decerto, a ideologia perdeu a paixão de sua afirmação positiva, mas o que lhe resta de trivialidade indiferente ainda tem essa função repressiva de barrar a mínima concorrência, de manter cativa a totalidade do pensamento. Assim, a burocracia está ligada a uma ideologia na qual já ninguém acredita. O que era terrorista tornou-se irrisório, mas até essa derrisão só pode ser mantida se conservar como pano de fundo o terrorismo do qual deseja livrar-se. Dessa forma, no momento em que a burocracia quer mostrar sua superioridade no terreno do capitalismo, ela confessa ser um *parente pobre* do capitalismo. Assim como sua história efetiva está em contradição com seu direito, e sua ignorância, grosseiramente mantida, em contradição com suas pretensões científicas, seu projeto de igualar-se à burguesia na produção de uma abundância mercantil é emperrado pelo fato de tal abundância trazer em si mesma *uma ideologia implícita* e ter como complemento normal uma liberdade sem limites para multiplicar falsas opções espetaculares, pseudoliberalidade que é inconciliável com a ideologia burocrática.

111

Nesse momento do desenvolvimento, o título de propriedade ideológica em mãos da burocracia desmorona em escala internacional. O poder que se estabelecera em âmbito nacional como modelo fundamentalmente internacionalista deve admitir que já não pode manter sua coesão enganosa além de cada fronteira nacional. O desenvolvimento econômico desigual experimentado pelas burocracias, com interesses concorrentes, que conseguiram possuir seu “socialismo” para além de um só país, levou ao confronto público e completo da mentira russa e da mentira chinesa. A partir desse ponto, cada burocracia no poder, ou cada partido totalitário candidato ao poder que o período stalinista deixou em algumas classes operárias nacionais, deve seguir seu próprio caminho. Às manifestações de negação interna que começaram a se afirmar diante do mundo com a revolta operária de Berlim Leste que opôs aos burocratas sua exigência de “um governo de metalúrgicos”, e que uma vez já chegaram até o poder nos Conselhos

operários na Hungria, soma-se a decomposição mundial da aliança da mistificação burocrática. Este é, em última análise, o fator mais desfavorável ao desenvolvimento atual da sociedade capitalista. A burguesia está perdendo o adversário que objetivamente a sustentava, pois unificava de modo ilusório toda negação da ordem existente. Uma tal divisão do trabalho espetacular vê seu fim quando o papel pseudo-revolucionário se divide. O elemento espetacular da dissolução do movimento operário vai ser, por sua vez, dissolvido.

112

Hoje, a ilusão leninista só tem como base as diversas tendências trotskistas, nas quais a identificação do projeto proletário com uma organização hierárquica da ideologia sobrevive inabalavelmente à experiência de todos os seus resultados. A distância entre o trotskismo e a crítica revolucionária da sociedade atual permite-lhe também uma distância respeitosa em relação a posições que já eram falsas quando se desgastaram numa luta real. Trotski foi fundamentalmente solidário com a alta burocracia até 1927, enquanto procurava apoderar-se dela para fazê-la retomar uma ação de fato bolchevique no exterior (sabe-se que nesse momento, para ajudar a enfraquecer o famoso “testamento de Lenin”, ele chegou a desmentir caluniosamente seu correligionário Max Eastman, que o havia divulgado). Trotski foi condenado por sua perspectiva fundamental: no momento em que a burocracia conhece a si mesma em seu resultado como classe contra-revolucionária no interior, ela deve escolher também ser contra-revolucionária no exterior, em nome da revolução. A luta posterior de Trotski por uma Quarta Internacional contém a mesma inconseqüência. Durante toda a vida ele recusou-se a reconhecer na burocracia o poder de uma classe separada, porque ele se tornara durante a segunda revolução russa [outubro de 1917] o adepto incondicional da forma bolchevique de organização. Quando Lukàcs, em 1923, afirmava que essa forma era a mediação enfim encontrada entre teoria e prática, em que os proletários deixavam de ser espectadores dos acontecimentos ocorridos em sua organização, mas conscientemente os escolhiam e viviam, ele descrevia como méritos do partido bolchevique tudo o que o partido bolchevique *não era*. Lukàcs ainda era, ao lado de seu profundo trabalho

teórico, um ideólogo, falando em nome do poder mais vulgarmente exterior ao movimento proletário, acreditando e fazendo crer que ele mesmo se achava, com sua personalidade total, nesse poder como se fosse *no seu próprio*. Quando os fatos posteriores mostraram de que modo esse poder renega e suprime seus laçaios, Lukács, se renegando sem parar, demonstrou com nitidez caricatural com que coisa ele se tinha identificado: com o *contrário* dele mesmo e do que havia sustentado em *História e consciência de classe*. Lukács é a maior prova da regra fundamental de julgamento em relação a todos os intelectuais deste século: o que eles respeitam dá a exata medida de quão *desprezível* é sua própria realidade. Lenin não havia alimentado esse gênero de ilusões sobre sua atividade, ele que achava que “um partido político não pode examinar seus membros para ver se há contradições entre a filosofia destes e o programa do partido”. O partido real – do qual Lukács havia apresentado fora de hora o retrato ideal – só era coerente para uma tarefa precisa e parcial: tomar o poder do Estado.

113

A ilusão neoleninista do trotskismo atual, por ser a todo momento desmentida pela realidade da sociedade capitalista moderna, tanto burguesa quanto burocrática, encontra um campo natural de aplicação privilegiado nos países “subdesenvolvidos” formalmente independentes. Neles, a ilusão de uma variante qualquer de socialismo estatal e burocrático é conscientemente manipulada pelas classes dirigentes locais como a *ideologia do desenvolvimento econômico*. A composição híbrida dessas classes se liga de modo mais ou menos nítido a uma gradação no espectro burguesia-burocracia. Ao jogar em escala internacional com os dois polos do poder capitalista existente e com seus compromissos ideológicos — sobretudo com o islamismo — que expressam a realidade híbrida de sua base social, essas classes acabam por retirar desse último subproduto do socialismo ideológico qualquer aspecto sério que não seja policial. Uma burocracia pode ser formada ao enquadrar a luta nacional e a revolta agrária dos camponeses: sua tendência então, como na China, é aplicar o modelo stalinista de industrialização a uma sociedade menos desenvolvida que a da Rússia de 1917. Uma burocracia capaz de industrializar a nação pode for-

mar-se a partir da pequena-burguesia dos quadros do Exército que tomam o poder, como o mostra o exemplo do Egito. Em certos lugares, como na Argélia ao sair de sua guerra de independência, a burocracia, que se constituiu como direção paraestatal durante a luta, busca o ponto de equilíbrio de um compromisso para fundir-se com uma fraca burguesia nacional. Enfim, nas antigas colônias da África negra que continuam abertamente ligadas à burguesia ocidental, americana e europeia, uma burguesia se constitui — quase sempre a partir da força dos chefes tradicionais do tribalismo — para possuir o Estado : nesses países em que o imperialismo estrangeiro continua sendo o verdadeiro senhor da economia, chegou-se a um estágio em que os compradores receberam, em compensação por sua venda de produtos indígenas, a propriedade de um Estado indígena, independente diante das massas locais mas não diante do imperialismo. Nesse caso, trata-se de uma burguesia artificial que não é capaz de acumular, mas que simplesmente dilapida, tanto a parte de mais-valia do trabalho local que lhe cabe quanto os subsídios estrangeiros outorgados pelos Estados ou monopólios que são seus protetores. A evidência da incapacidade dessas classes burguesas para cumprirem a função econômica normal da burguesia faz surgir diante de cada uma delas uma subversão que tenta adaptar o modelo burocrático às particularidades locais e quer recolher sua herança. Mas o próprio sucesso de uma burocracia no seu projeto fundamental de industrialização contém necessariamente a perspectiva de seu fracasso histórico: ao acumular capital, ela acumula proletariado, e cria seu próprio desmentido, num país em que ele ainda não existia.

114

Nesse desenvolvimento complexo e terrível que conduziu a época das lutas de classes para novas condições, o proletariado dos países industriais perdeu toda a afirmação de sua perspectiva autônoma e, em última análise, suas ilusões, mas não o seu ser. Ele não foi suprimido. Permanece irredutivelmente existente na alienação intensificada do capitalismo moderno: ele é a imensa maioria de trabalhadores que perderam todo poder sobre o uso de sua própria vida, e que, *assim que tomam conhecimento disso*, se redefinem como proletariado, o

negativo em ação nessa sociedade. Esse proletariado é objetivamente reforçado pelo movimento de desaparecimento do campesinato, bem como pela extensão da lógica do trabalho fabril que se aplica a grande parte dos “serviços” e das profissões intelectuais. Esse proletariado ainda está *subjetivamente* afastado de sua consciência prática de classe, não apenas entre os empregados, mas também entre os operários que só conheceram a impotência e a mistificação da velha política. No entanto, quando o proletariado descobre que sua própria força exteriorizada concorre para o reforço permanente da sociedade capitalista, já não apenas sob a forma de seu trabalho, mas também sob a forma de sindicatos, de partidos ou de poder estatal que ele tinha constituído para se emancipar, descobre também pela experiência histórica concreta que é a classe totalmente inimiga de toda exteriorização rígida e de toda especialização do poder. Ele traz em si *a revolução que não pode deixar nada fora dela mesma*, a exigência da dominação permanente do presente sobre o passado, e a crítica total da separação; e ele deve encontrar na ação a forma adequada disso. Nenhuma melhora quantitativa de sua miséria, nenhuma ilusão de integração hierárquica é um remédio duradouro para sua insatisfação, pois o proletariado não pode se reconhecer com veracidade num mal particular que tenha sofrido, nem portanto na reparação de um mal particular, nem de um grande número desses males, mas apenas no *mal absoluto* de ter sido rejeitado para a margem da vida.

115

Pelos novos sinais de negação, incompreendidos e falsificados pelo arranjo espetacular, que se multiplicam nos países mais avançados economicamente, já se pode concluir que uma nova era começou: passada a primeira tentativa de subversão operária, agora *foi a abundância capitalista que fracassou*. Quando as lutas antissindicais dos operários ocidentais são reprimidas primeiro pelos sindicatos, e quando as correntes revoltadas da juventude lançam um primeiro protesto informe – no qual, entretanto, já está presente a recusa da antiga política especializada, da arte e da vida cotidiana –, aí estão as duas faces de uma nova luta espontânea que começa com feição *criminososa*. São o prenúncio do segundo assalto proletário contra a socieda-

de de classes. Quando os herdeiros desgarrados desse exército ainda imóvel reaparecem nesse terreno, que se tornou outro e permanece o mesmo, eles seguem um novo “general Ludd”⁵ que, desta vez, os lança na destruição das *máquinas do consumo permitido*.

116

“A forma política enfim descoberta sob a qual a emancipação econômica do trabalho podia ser realizada” tomou neste século uma forma nítida nos Conselhos operários revolucionários, concentrando neles todas as funções de decisão e de execução, e federando-se por meio de delegados responsáveis diante da base e substituíveis a qualquer momento. Sua existência efetiva ainda não passou de breve esboço, logo combatida e vencida por diferentes forças de defesa da sociedade de classes, entre as quais é preciso muitas vezes considerar a própria falsa consciência. Pannekoek insistia no fato de que a edificação de um poder dos Conselhos operários mais “propõe problemas” do que traz soluções. Mas esse poder é o lugar onde os problemas da revolução do proletariado podem encontrar sua verdadeira solução. E o lugar onde as condições objetivas da consciência histórica estão reunidas; a realização da comunicação direta *ativa*, na qual terminam a especialização, a hierarquia e a separação, na qual as condições existentes foram transformadas “em condições de unidade”. Aqui o sujeito proletário pode emergir de sua luta contra a contemplação: sua consciência é igual à organização prática que ela mesma se propôs, porque essa consciência é inseparável da intervenção coerente na história.

117

No poder dos Conselhos, que deve suplantar internacionalmente qualquer outro poder, o movimento proletário é seu próprio produto, e esse produto é o próprio produtor. Ele é seu próprio fim. Só aí a negação espetacular da vida é, por sua vez, negada.

5 Referência ao ludismo, movimento de trabalhadores contra as máquinas que causavam desemprego nas décadas que se seguiram à Revolução Industrial.

118

O aparecimento dos Conselhos foi a realidade mais elevada do movimento proletário no primeiro quarto do século, realidade que passou despercebida ou disfarçada porque desaparecia com o resto do movimento que o conjunto da experiência histórica de então desmentia e eliminava. No novo momento da crítica proletária, esse resultado volta como o único aspecto não vencido do movimento vencido. A consciência histórica que sabe ter nos Conselhos seu único meio de existência pode reconhecê-los agora, já não na periferia do que reflui, mas no centro do que está em ascensão.

119

Por todos esses motivos históricos, uma organização revolucionária existente antes do poder dos Conselhos — e ela tem de encontrar na luta sua própria forma — já sabe que não *representa a classe*. Deve apenas reconhecer-se como separação radical com *o mundo da separação*.

120

A organização revolucionária é a expressão coerente da teoria da práxis que entra em comunicação não unilateral com as lutas práticas, em devir para a teoria prática. Sua própria prática é a generalização da comunicação e da coerência nessas lutas. No momento revolucionário, em que a separação social se dissolve, essa organização deve reconhecer sua própria dissolução como organização separada.

121

A organização revolucionária só pode ser a crítica unitária da sociedade, isto é, uma crítica que não pactua com nenhuma forma de poder separado, em nenhum ponto do mundo, e uma crítica formulada globalmente contra todos os aspectos da vida social alienada. Na luta da organização revolucionária contra a sociedade de classes, as armas são a *essência* dos próprios combatentes: a organização revolucionária

não pode reproduzir em si as condições de cisão e de hierarquia que são as da sociedade dominante. Ela tem de lutar sempre contra sua deformação no espetáculo reinante. O único limite da participação na democracia total da organização revolucionária é o reconhecimento e a auto-apropriação efetiva, por todos os seus membros, da coerência de sua crítica, coerência que deve se provar na teoria crítica propriamente dita e na relação entre esta e a atividade prática.

122

Quando a realização sempre mais avançada da alienação capitalista em todos os níveis, ao tornar sempre mais difícil aos trabalhadores reconhecerem e nomearem sua própria miséria, os coloca na alternativa de recusar a *totalidade de sua miséria*, ou nada, a organização revolucionária deve ter aprendido que já não pode *combater a alienação sob formas alienadas*.

123

A revolução proletária depende inteiramente dessa necessidade: pela primeira vez, a teoria, como entendimento da prática humana, deve ser reconhecida e vivida pelas massas. Ela exige que os operários se tornem dialéticos e inscrevam seu pensamento na prática; por isso, pede aos *homens sem qualidade* muito mais do que a revolução burguesa pedia aos homens qualificados a quem ela delegava sua instalação: pois a consciência ideológica parcial edificada por uma parte da classe burguesa tinha como base essa *parte* central da vida social, a economia, na qual esta classe *já estava no poder*. O próprio desenvolvimento da sociedade de classes até a organização espetacular da não-vida leva pois o projeto revolucionário a tornar-se *visivelmente* o que ele já era *essencialmente*.

124

A teoria revolucionária é agora inimiga de toda ideologia revolucionária, *e sabe que o é*.

ABANDONE AS MÍDIAS \$OCIAIS



kolektiva.social/@kasainvisivel

we.riseup.net/kasainvisivel

o que acontece aqui?



KASA INVISÍVEL RESISTE

Ainda não conheceu a casa?
É só aparecer!

Quer propor alguma atividade?
Mande sua proposta para
kasainvisivel@riseup.net

Mais informações:
[@kasainvisivel](https://www.instagram.com/kasainvisivel)